

Art. 16 - O Conselho Gestor funcionará com apoio material e administrativo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Parágrafo Único - A entidade executora do PPCAAM/RJ deverá participar de todas as reuniões do Conselho Gestor e pautar as instituições ali representadas para os encaminhamentos que se fizerem necessários, bem como atender às deliberações do Conselho Gestor.

Art. 17 - Os conselheiros terão legitimidade para representar institucionalmente o Conselho Gestor, na forma do seu regimento interno.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - A violação do sigilo, por parte do servidor público, particular ou operador da proteção prevista nesta Lei sujeita o infrator a sanções de caráter penal em sua execução do Código Penal, administrativo e civil, na forma da lei.

Art. 19 - A locomoção, dentro do Estado do Rio de Janeiro, de pessoa incluída no PPCAAM, ou sua transferência para outras unidades da Federação, tendo em vista situações que envolvam risco real e iminente para sua integridade, poderão ser feitas por meio de escolta policial, a critério da autoridade competente.

Art. 20 - Os protegidos pelo PPCAAM terão prioridade absoluta no atendimento aos serviços públicos e de relevância pública.

Art. 21 - As despesas decorrentes da execução do Programa de que trata esta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 27 de abril de 2021.

Deputado Márcio Pacheco

Relator

*(Replicado por haver saído com incorreções.)

Id: 2313583

Comissões

PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICAS RURAIS, AGRÁRIA E PESQUEIRA

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rurais, Agrária e Pesca, com a presença dos Senhores Deputados Val Ceasa - PATRIOTA, Chico Machado - PSD, Jair Bittencourt - PP, Noel de Carvalho - PSDB e Marcelo Cabelheiro - DC, membros efetivos, e os Senhores Deputados Pedro Ricardo - PSL, Eurico Júnior - PV, e Sérgio Fernandes - PDT, membros suplentes deste órgão técnico, para a realização da Reunião de Instalação remota, por meios digitais, via WhatsApp, em consonância com o artigo 6º do Ato da Mesa Diretora "N"/MD/nº 651/2020, de 13.03.2020, e o Ato da Presidência "E"/GP/nº 31/2021, de 23.04.2021. Havendo número regimental, e escutado no artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a presidência o Senhor Deputado Noel de Carvalho, que declarou abertos os trabalhos, conforme convocação por edital publicado em vinte e oito do corrente, informando que esta reunião teria como propósito eleger o Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Prosseguindo, destacou que foram indicados, respectivamente, os nomes dos Senhores Deputados Val Ceasa e Chico Machado para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Após tomada nominal de votos, os mesmos foram eleitos por unanimidade. A seguir, já empossado como Presidente, o Senhor Deputado Val Ceasa agradeceu a sua eleição para o cargo e firmou seu propósito de conduzir os trabalhos da Comissão com base nos princípios éticos e democráticos. Em seguida, o Senhor Presidente propôs que as reuniões ordinárias, quando agendadas, sejam realizadas às terças-feiras, às doze horas e trinta minutos, o que foi aceito por todos. Em seguida, Sua Excelência concedeu a palavra ao Senhor Deputado Chico Machado, Vice-Presidente eleito, que assumiu o compromisso de exercer com o máximo empenho as atribuições a ele confiadas. Reassumindo a presidência, e sem nada mais haver a tratar e como ninguém mais quisesse fazer o uso da palavra, Sua Excelência, o Senhor Deputado Val Ceasa suspendeu a reunião para que eu, Rogério Vieira de Castro, matrícula nº 201.603-8, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, por meios digitais, em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e um. (a) Rogério Vieira de Castro - Secretário; (a) Deputado Val Ceasa - Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No vigésimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às onze horas, reuniu-se as comissões em epígrafe, por meios digitais, conforme o Artigo 6º do Ato "N"/da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nº 651/2020, publicado em 13.03.2020, com a participação dos Senhores Deputados Rosane Felix, Presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso; Franciane Motta, Vice-Presidente e Deputado Marcelo Cabelheiro, membros efetivos da Comissão da Pessoa com Deficiência, conforme publicado no Diário Oficial do dia vinte três de setembro de dois mil e vinte. A Senhora Presidente, Deputada Rosane Felix, deu por aberto os trabalhos, e informou que a presente audiência pública se destinava à discussão do tema: Setembro Azul a Identidade, Acessibilidade e Cidadania da Comunidade Surda. Em seguida a Senhora Presidente informou a participação dos seguintes convidados: Juan Guimarães, representante da Comissão Organizadora do Evento Setembro Azul dois mil e vinte e um; Alexandre Couto, Presidente da Confederação Brasileira Desportiva de Surdos, Assessor da Associação de Surdos do Rio Grande do Sul e Membro da Comissão Organizadora do Deaflympics dois mil e vinte e um; Vanessa Neves, Coordenadora da Central Carioca de intérpretes da Língua de Sinais na modalidade oral e escrita de Libras da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro; Bruno Baptista; Lenildo Souza, Presidente da Associação de Tradutores Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais do Estado do Rio de Janeiro, filiada à Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais; Marcelle Félix, Judoca Surdolímpica, primeira mulher surda Faixa Preta pela Confederação Brasileira de Judô; Carlos Diniz; Charles de Souza; Andreza Mello; Luciana Joaquim; Cris Toledo; Cristina Tutuca; Fábio Costa; Flávia Aguiar e Henry Ferraz. A Senhora Presidente informou que a Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, recebeu várias demandas ligadas ao assunto e por isso convidou a Deputada Franciane Motta, Vice-Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência para discutir a campanha ligada à comunidade surda. Destacou que a surdez necessita ser compreendida como uma diferença linguística e não como uma deficiência, apesar de não ser uma doença, a língua visual precisa ser ensinada ao surdo o mais cedo possível para facilitar a compreensão e permitir que a criança surda possa comunicar seus pensamentos e se desenvolver cognitivamente. Continuando, que existe importante diferença entre impedimento e deficiência, pois o impedimento é não ouvir e a deficiência são as barreiras impostas pela sociedade e não apresenta um simples impedimento. Apontou que quando se trata da surdez, a barreira

consiste na resistência ao bilinguismo. Salientou que entre os idosos, a surdez apresenta as mesmas preocupações que a surdez na infância somada ao impacto emocional causado por este isolamento. Continuando, que o problema não é apenas a dificuldade de se comunicar, a solidão e a insegurança enfrentadas pelo idoso pode desenvolver a depressão e o isolamento social acompanha a surdez e influencia diretamente na saúde do idoso junto com outros problemas que acompanham a terceira idade e ainda a falta de meios para se comunicar dificultam ainda mais o diagnóstico de problemas apresentados por estes idosos. Destacou a importância de discutir, criar e avançar em Políticas Públicas para estimular a conscientização da acessibilidade para a comunidade surda e garantir direitos. Em seguida a Senhora Presidente agradeceu a colaboração da Deputada Franciane Motta pelo apoio na realização desta audiência pública. A Senhora Deputada Franciane Motta salientou a importância da acessibilidade à todas as pessoas com deficiência física e a necessidade de discutir e criar Políticas Públicas para incluir e transformar a vida destas pessoas. O Senhor Deputado Marcelo Cabelheiro agradeceu o convite e se colocou à disposição para participar da discussão e criação de Políticas Públicas que garantam os direitos dos surdos. O senhor Juan Guimarães representando a Comissão Organizadora do Evento Setembro Azul dois mil e vinte e um, relembrou a história triste do genocídio de vinte mil pessoas com vários tipos de deficiência física na segunda guerra mundial pelo Governo Nazista. Salientou que a Fita Azul é uma marca do orgulho das pessoas surdas em memória a luta e o sofrimento das pessoas perseguidas durante a segunda guerra mundial, o que não deve ser esquecido jamais. Informou que o mês de setembro foi escolhido para comemoração das datas importantes da comunidade surda, entre elas, o primeiro de setembro, dia da assinatura da Lei Federal de Regulamentação do Profissional Tradutor Intérprete de Libras; o dia vinte e três de setembro é o dia mundial das Línguas de Sinais; o dia vinte seis de setembro é o dia Nacional do Surdo, pois em vinte seis de setembro de mil oitocentos e cinquenta e sete foi fundado no Rio de Janeiro o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, proposto pelo professor francês Edouard Huet, também surdo, que apresentou a ideia de uma escola especializada para o ensino de pessoas surdas a Dom Pedro II e ainda o dia trinta de setembro, dia mundial do tradutor intérprete de Libras. A Senhora Presidente se emocionou com a apresentação e interpretação do Hino Nacional com a língua de sinais e destacou que o surdo já passou por muitas dificuldades para conseguir reconhecimento e ainda temos muito trabalho para avançar como sociedade. O senhor Lenildo Souza, Presidente da Associação de Tradutores Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais do Rio de Janeiro, agradeceu a oportunidade e destacou a importância desta discussão para potencializar o desenvolvimento das ações que garantirão os direitos em consonância da garantia da acessibilidade de todos os surdos. Relatou que os profissionais tradutores e intérpretes em Libras são peças fundamentais no contexto da garantia dos direitos à acessibilidade e esclareceu que as pessoas confundem o campo da interpretação com o campo da tradução, mas a interpretação é a atuação deste profissional trazendo um discurso de uma língua para outra e a tradução é o estudo prévio de um texto para posterior tradução para um outro formato. Continuando, a guia interpretação é realizada por um profissional que atende especificamente a interpretação para as pessoas com surdo cegueira e são diversas as funções destes profissionais. Ressaltou que a contratação destes profissionais para a garantia da acessibilidade deve ter o objetivo de garantir a qualidade do trabalho seguindo o guia elaborado por diversas instituições representativas, entre elas a Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, Sindicato Nacional dos Tradutores e o Instituto Singularidades, pois o trabalho destes profissionais tem um custo informado por duas tabelas de referência, uma da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais e a do Sindicato Nacional de Tradutores e Intérpretes. Relatou que na atualidade o trabalho dos profissionais segue o formato remoto que demanda um esforço cognitivo de atenção e memória, com orientação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais para que o trabalho seja efetuado de forma qualitativa. Destacou os aspectos fundamentais que precisam da atenção de todos, a qualidade do serviço de internet que pode impedir a compreensão e a visualização ou ainda se houver uma interrupção que o profissional possa ser substituído pelo outro intérprete e o trabalho seja sempre realizado por no mínimo duas pessoas. Informou que não existe legislação sobre a atuação da equipe de intérpretes, que deveria ser implementada para que a equipe possa seguir orientações específicas e artigos científicos, que comprovam que o trabalho em equipe do intérprete e do guia intérprete é fundamental. O senhor Alexandre Couto destacou a importância da integração dos surdos na sociedade utilizando os esportes que são uma base para o convívio social e uma porta para o início desta integração. Informou que a Associação de Surdos do Rio Grande do Sul realiza encontros de grupos jovens para discutir estas questões e estimular o diálogo e a confraternização das pessoas surdas e ainda oficinas de culinária e arte. Declarou que a política voltada para os surdos deve ser realizada com parcerias dentro do governo, das associações, das empresas, alinhando as necessidades do grupo para organizar a produção de projetos que auxiliem a adaptação dos surdos na sociedade. Informou que para os idosos surdos a dificuldade de inclusão é muito grande, pois eles precisam de atividade física, arte e inclusão. Salientou que não existe uma acessibilidade para eles, não existem intérpretes para auxiliar a inclusão e sabemos que a lei não é garantia de inclusão, mas é necessário acolher a comunidade surda e esclarecer a população de que a inclusão é muito importante. A senhora Vanessa Neves, Intérprete e Coordenadora da Central Carioca de Intérpretes da Língua de Sinais na modalidade oral e escrita de Libras da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro, informou que a Central é composta por quatro profissionais a Aline Medeiros, a Renata Casado e o Alan Venâncio uma pessoa querida perdida durante a pandemia e que está na memória da equipe. Continuando, que a missão da Central é oferecer serviços de tradução e interpretação na língua de sinais na modalidade oral e escrita, para auxiliar o cidadão no atendimento de serviços e programas da Secretaria, atua também em eventos do Município do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia além de contribuir para a inclusão social do cidadão surdo. Destacou que o público-alvo são os surdos e pessoas surdas com outros comprometimentos e ainda pessoas cegas. Informou que a atuação da Central é realizada com solicitação, realizamos atendimentos de seleção que são encaminhados para empresas parceiras da Secretaria Municipal de Trabalho, entrevistas e avaliações com o apoio da equipe do Núcleo de Integração e Apoio à Família, realizamos também atendimentos e esclarecimentos à população sobre o Passe Livre e Riocard, recebemos os usuários do prédio do Centro de Atenção à Pessoa com Deficiência na Avenida Presidente Vargas número mil novecentos e noventa e sete, assessoram os funcionários surdos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia, fazemos o acompanhamento de surdos em consultas médicas, exames, fisioterapia, à Defensoria Pública, Departamento Estadual de Trânsito e outras esferas que se façam necessárias. Informou que a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia possui unidades em Vila Isabel, Campo Grande, São Conrado, Mato Alto, Alvorada, Irajá e Santa Cruz. Enfatizou que a meta mensal da Central são quinhentos e vinte e dois atendimentos, mais durante a pandemia estes atendimentos foram quadruplicados e até antes desta audiência realizamos vinte e sete mil atendimentos on line. Relatou que a Central realiza em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho a tradução de cursos de informática para auxiliar a população surda durante a pandemia, capacitação do curso de Libras para profissionais da Prefeitura do Rio de Janeiro e produzimos várias palestras educativas em vídeos para comemorarmos o Setembro Azul. O senhor Bruno Batista destacou a importância de o Parlamento estar conectado à comunidade surda escutando suas necessidades, desejos e anseios para poder produzir Políticas Públicas de qualidade. Relatou que seu trabalho no Museu do Amanhã é de difundir todos os conteúdos na Língua de Sinais dando acessibilidade à comunidade surda,

permitindo sua participação e aprendizagem e que mais oportunidades como esta são importantes para dar autonomia e facilitar a participação das pessoas surdas em todos os seguimentos do nosso Estado como o Corpo de Bombeiros, a Delegacia de Polícia a Defensoria Pública, no banco, nos hospitais entre outros. Relatou que em seu trabalho no Museu do Amanhã quando os surdos chegam ao museu se sentem inseridos ocorrendo uma troca, uma interação. Informou que a Lei Federal número dez mil quatrocentos e trinta e seis, de vinte e quatro de abril de dois mil e dois, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, garante a participação da comunidade surda e precisa ser colocada em prática. Relatou que o surdo sofre preconceito e fica excluído das atividades sendo confundido com um louco, precisamos criar estratégias para possibilitar e garantir a acessibilidade a comunicação e a criação de vagas para a profissionalização dos integrantes da comunidade surda. A senhora Marcelle Félix, Judoca Surdolímpica, Primeira Mulher Surda Faixa Preta de Judô pela Confederação Brasileira de Judô, informou que participou da Deaflympics Games, também conhecida por Olimpíadas para Surdos, um evento multiesportivo internacional, organizado para atletas surdos pelo Comitê Internacional de Desportos para Surdos e que o nome é uma combinação das palavras surdos e Olimpíada aludindo aos Jogos Olímpicos. Destacou a dificuldade dos atletas e a importância de valorizar o atleta surdolímpico na infância e na adolescência. Relatou que as dificuldades financeiras dos atletas, a falta de apoio para a realização de treinamentos e a falta de estímulos para os esportes impedem que o jovem atue e represente o Brasil. Continuando, as empresas privadas poderiam participar com incentivos e na educação não existem parcerias que contemplem a comunidade surda, a necessidade de trabalhar tira do jovem surdo o foco nos esportes. Destacou a importância da criação da bolsa atleta, que é uma luta de gerações, pois os atletas surdos são profissionais como os atletas paraolímpicos e os atletas olímpicos e merecem os mesmos incentivos para representar o Brasil. Relatou que: "no Rio de Janeiro há uma dificuldade muito grande em conseguir parcerias e é com sacrifício que até hoje aos vinte dois anos continuo a treinar e a participar das competições. No Rio de Janeiro temos oitocentas mil pessoas surdas e deficientes auditivos. Somos todos iguais e não podemos admitir uma diferença entre o ouvinte e o surdo". Destacou a importância do cuidado com as crianças, os adolescentes e os idosos surdos e deficientes auditivos. A Senhora Presidente informou que solicitou a criação de um aplicativo para a comissão receber e realizar o atendimento às pessoas surdas. Em seguida apresentou a Legislação atual em prol da Comunidade Surda e a necessidade de ser colocada em prática. Lei Estadual número três mil cento e noventa e cinco de quinze de março de mil novecentos e noventa e nove, que dispõe sobre o reconhecimento da Libras, Língua Brasileira de Sinais, no Estado do Rio de Janeiro, para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e dá outras providências; Lei número quatro mil setecentos e cinco, de nove de janeiro de dois mil e seis que autoriza o Poder Executivo a implantar nas unidades da rede estadual de saúde os serviços de profissionais intérpretes da língua brasileira de sinais, libras, e dá outras providências; Lei número três mil seiscentos e um, de onze de julho de dois mil e um, que assegura às pessoas surdas o direito de serem atendidas, nas repartições públicas estaduais, por meio da língua brasileira de sinais, libras, e dá outras providências; Lei número sete mil duzentos e dezenove de vinte nove de fevereiro de dois mil e dezesseis, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete da língua brasileira de sinais, libras, em aulas teóricas, nos centros de formação dos condutores, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; Lei número oito mil setecentos e oitenta e sete de seis de abril de dois mil e vinte, que dispõe sobre a criação da Delegacia Especializada para atendimento às pessoas com deficiência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Continuando, a Senhora Presidente informou que a Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso junto com a Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência vai realizar fiscalizações para que haja o cumprimento das leis existentes. A senhora Deputada Franciane Motta agradeceu as informações dadas pelos palestrantes e se prontificou a participar da fiscalização para contribuir para a melhoria de vida das pessoas, parabenizou a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro e se prontificou a dialogar com o Governador para implantar em alguma Secretaria Estadual o atendimento com intérpretes de Libras. O Senhor Deputado Marcelo Cabelheiro destacou a importância do cumprimento das leis e a importância de o Ministério Público participar da fiscalização que deveria iniciar pelos órgãos públicos, Câmaras Municipais e Secretarias de Saúde, dando o exemplo para poder cobrar o mesmo das empresas privadas e parabenizou a Central Carioca de Libras pelo excelente trabalho realizado. A Senhora Presidente solicitou ao Governador Cláudio Castro que em todas as entrevistas do Secretariado de Governo e do Governador haja um intérprete de Libras para que os amigos da comunidade surda possam se conectar e estejam inteirados com a política e as suas declarações. Destacou a importância de discutir este tema e afirmou que continuará com as ações voltadas à proteção da criança, do adolescente e do idoso. Como nada mais houvesse a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada, assinada por mim, João Batista Nascimento, secretário e pela Senhora Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte. (a) João Batista Nascimento, matrícula 201.501-4, secretário; Deputada ROSANE FELIX - Presidente

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, por meio do aplicativo digital "whatsapp", em grupo criado para esse fim, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, constituída através do Ato E/G/P/N 30/2021, com a presença dos Senhores Deputados GUSTAVO SCHMIDT, CARLOS MINC, SÉRGIO FERNANDES e FLÁVIO SERAFINI, membros efetivos, e CHICO MACHADO, MARCELO CABELHEIRO, MARTHA ROCHA e FELIPE PEIXOTO, membros suplentes deste órgão técnico, para a Reunião de Instalação da Comissão. De acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado CARLOS MINC, sendo registradas as ausências dos senhores Deputados ANDRÉ CORRÊA, membro titular, e EURICO JÚNIOR, membro suplente. Havendo número regimental, Sua Excelência declarou abertos os trabalhos, nos termos do Edital de Convocação publicado em 26.03.2021 e informou que esta reunião tem como objetivo eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão. Em seguida, a Presidência comunicou a indicação dos nomes dos Deputados GUSTAVO SCHMIDT para Presidente e ANDRÉ CORRÊA para Vice-Presidente, colocando em votação. Realizada a tomada nominal dos votos, foram eleitos, com os votos favoráveis de todos os deputados presentes, o Deputado GUSTAVO SCHMIDT para Presidente e o Deputado ANDRÉ CORRÊA para Vice-Presidente. Assumindo a Presidência, o Deputado GUSTAVO SCHMIDT - Presidente, agradeceu pelos votos recebidos e a confiança nele depositada. Disse que é uma honra receber esse bastão das mãos do Deputado Carlos Minc, ícone e militante aguerrido das causas ambientais, tendo exercido inclusive os cargos de Secretário de Estado e Ministro do Meio Ambiente, acrescentando que contar com a participação do Deputado Carlos Minc na Comissão, bem como com a do Deputado André Corrêa, na qualidade de Vice-Presidente, e dos demais Deputados que a compõem, de notáveis atuações, é sinal de que a Comissão dispõe de um bom time, capaz de enfrentar com sucesso os desafios que se impõem. Disse ainda que, de sua parte, traz disposição para trabalhar e para fortalecer este fórum legislativo, acolhendo os debates latentes da pauta ambiental do Estado do Rio de Janeiro, sob a inspiração dos ideais que nortearam a histórica Conferência Eco-92, que está a completar 30 anos, em 2022. Em continuidade, anunciou que a pauta da próxima reunião, em data a ser confirmada, incluirá a apresentação de um plano de trabalho para a Comissão. Ato contínuo, solicitou a todos que encaminhem suas sugestões e possíveis propostas de temas para audiências públicas, para a secretaria da Comissão, que será a servidora Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2. Isso posto,